

POR QUE JORNALISTA PRECISA DE DIPLOMA?

WHY DOES A JOURNALIST NEED A DIPLOMA?

Flávia Clemente de Souza

Mestre em Comunicação, Imagem e Informação pela Universidade Federal Fluminense do Rio de Janeiro (UFF)

Professora Assistente do Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense

E-mail: flavia.clemente@gmail.com

RESUMO

Este ensaio visa à reflexão sobre uma temática que diz respeito à comunicação social como um todo. O jornalismo – dentro do escopo das disciplinas que lidam com a comunicação – sempre se mostrou paradoxal. Ao mesmo tempo em que cresceu como campo teórico nas últimas décadas e se reinventou a partir das transformações da sociedade e com o advento das novas tecnologias, passou a vislumbrar a necessidade de uma formação específica para sua prática em questionamento. A briga pelo diploma obrigatório chegou às vias de fato em 2001, quando a juíza substituta Carla Rister expediu liminar da 16ª. Vara Cível da Justiça Federal de São Paulo e, em consequência, operou uma mudança radical nos pilares do jornalismo brasileiro, ao derrubar a exigência de diploma para obtenção do registro profissional. Imediatamente, entidades de classe e universidades se mobilizaram e, desde então, vem sendo travada uma batalha – principalmente no âmbito jurídico – para redefinir o panorama atual da profissão. A decisão judicial deverá ter sua conclusão no segundo semestre de 2008, com a votação pelo Supremo Tribunal Federal. Acabar com a obrigatoriedade do diploma irá significar, em última análise, delegar a credibilidade do discurso jornalístico a terceiros, sem, no entanto, que se torne claro para os interlocutores da mídia que não-jornalistas se apropriaram deste discurso. Pode-se tomar como exemplo o que ocorre na Internet. Na rede, o conteúdo colaborativo prolifera e todas as pessoas têm a possibilidade de publicar o que bem entenderem, em seus espaços (blogs, sites, redes sociais). Por que estes espaços não possuem credibilidade? Por que não são procurados quando pessoas comuns, pesquisadores, políticos, partem em busca de informação? A resposta é imediata: porque estes espaços não foram produzidos por jornalistas, com todo o significado que esta palavra traduz.

Palavras-chave: Jornalismo. Comunicação Social. Diploma obrigatório.

ABSTRACT

This paper reflects about the thematic on the social communication in its all. The Journalism – in the sphere of subjects that works with communication always had been paradoxical. At the same time while it grew up as a theoretical field in the last decades and was reinvented since the society's transformations and with the new technologies, there was a necessity of a specific formation for its practice on questions. The discuss by the obligatory diploma began in 2001, when the substitute judge Carla Rister expelled a laminar from the sixteenth Civil District in São Paulo and as consequence, made a deeply change in the Brazilian journalism structure, ending the demand for a diploma to obtain the professional registration. Immediately, entities and Universities mobilized themselves and since then there is a discuss, mainly on the judicial sphere – to redefine the present panorama of profession. The judicial decision will have its conclusion in the second semester of 2008, with the voting of the Supreme Federal Court. To end the diploma's obligatority will signify, at a last analysis; give the journalistic speech's credibility to others without making clear for the midea announcer that no journalist came close to the speech. It can be an example what happens in the Internet. The collaborative subject spreads and all the people have the possibility to publish what they want, in their spaces (blogs, sites, social nets). Why do not the spaces have credibility? Why aren't they used by common people, researches and politicians to search information? The answer is immediate: because these spaces aren't made for journalists, in all meaning of the word.

Key-words: Journalism. Social Communication. Obligatory Diploma.

1 INTRODUÇÃO

Feita dessa forma, a pergunta lembra os porquês da primeira infância. Daqueles que respondemos com facilidade: como é que alguém vira jornalista sem ter diploma? No entanto, a resposta que pareceria mais lógica a este questionamento não condiz com a atual realidade brasileira. A necessidade de diploma para exercer a profissão é alvo de um debate arraigado, por parte de opositores ferrenhos à obrigatoriedade, que sofrem enfrentamentos de defensores incansáveis da necessidade de formação específica em jornalismo para profissionais que atuem na imprensa. O próximo *round* da polêmica está em vias de ser resolvido, em última instância, pela Justiça.

Há 70 anos, a atividade do jornalismo se tornou regulamentada no Brasil. Dali em diante, o registro profissional no Ministério do Trabalho passou a ser necessário para exercê-la. A partir de 1969, a obtenção do registro se condicionou à obrigatoriedade da apresentação do diploma de Jornalismo.

No entanto, sete anos atrás, a juíza substituta Carla Rister expediu liminar da 16ª Vara Cível da Justiça Federal de São Paulo e, em consequência, operou uma mudança radical nos pilares do jornalismo brasileiro, ao derrubar a exigência de diploma para obtenção do registro profissional. Imediatamente, entidades de classe e universidades se mobilizaram e, desde então, vem sendo travada uma batalha – principalmente no âmbito jurídico – para redefinir o panorama atual da profissão.

A decisão judicial deverá ter sua conclusão no segundo semestre deste ano, quando o Supremo Tribunal Federal pretende julgar o Recurso Extraordinário de nº 511961 -- interposto pelo Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão do Estado de São Paulo e pelo Ministério Público Federal --, que propõe a eliminação da obrigatoriedade do diploma de curso superior de Jornalismo para o exercício da profissão. A palavra final será da 2ª turma do STF, composta por cinco ministros.

2 O SURGIMENTO DO JORNALISMO NO BRASIL

O surgimento das faculdades de jornalismo não ocorreu do dia para a noite. Partiu da necessidade de formação de quadros profissionais. Para entender o percurso do discurso jornalístico no país, é preciso, antes de tudo, perceber o momento de sua fundação. A imprensa chegou ao Brasil há 200 anos, exatamente em 1808. Ou melhor, nesta data, comemorações oficiais marcam o seu surgimento. Mas o jornalismo tupiniquim, ao que nos parece, surgiu muito antes...

No final do século XVI, o Brasil-colônia começava a conhecer o que hoje é classificado como “notícia”. As informações circulavam em manuscritos, de forma esporádica, veiculadas por diversas fontes. Esse tipo de manifestação foi denominado “pasquim”. Achilles (1976) localiza o “mais antigo pasquineiro” da colônia. “O almoxarife Jorge Martins, estudante em Ilhéus [...]. Em 1587, escreveu um papel contra os jesuítas e demais clérigos por não quererem confessar sem antes desdizer”. Os pasquins manuscritos levavam ao desespero alguns administradores, quando as denúncias políticas eram seu alvo.

Mas foi Gregório de Matos, também na Bahia (em meados do século XVII), quem deu os primeiros passos em direção ao jornalismo. O “Boca do Inferno”, como era conhecido na época, fez uma espécie de revolução com suas sátiras mordazes e picantes, cujas cópias eram muito disputadas. Não é exagero considerar o poeta a imprensa viva daquele tempo, onde se registravam os escândalos miúdos e grandes da província, os roubos, os crimes, os adultérios e até as procissões, os aniversários e casamentos.

De acordo com Sodré (1977), a primeira oficina tipográfica surgiu em Recife, o ano era 1706. Este é apenas um marco cronológico, já que a Carta Régia de 8 de junho do mesmo ano liquidou a tentativa. Em 1750, foi impresso o folheto *A Relação de Entrada*, por Antonio Isidoro da Fonseca, que havia trazido de Lisboa o material tipográfico com o qual montou sua pequena oficina no Rio de Janeiro. Foi o primeiro impresso em território brasileiro. A tipografia de Antonio Isidoro também foi rapidamente liquidada pela metrópole. Não interessava a Portugal existência de civilização na colônia.

A tipografia real desembarcou no Brasil junto com a corte. Não se sabe, entretanto, se havia a intenção de trazer a oficina para o Brasil. Muitos historiadores preferem acreditar que ela chegou por acaso, devido à pressa no embarque durante a fuga. Fonseca (*Apud* LIMA, 1963) narra assim a chegada do material:

Em 1808, velejando com seu rei para o Brasil, D. Antonio de Araújo Azevedo (depois Conde da Barca) trouxe consigo na nau *Medusa*, dois prelos e vinte e oito volumes de material tipográfico adquirido em Londres para a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Se esses volumes foram embarcados por acaso, na atrapalhão da fuga [...]; ou ainda, se vindos da Inglaterra, não chegaram a ser descarregados em Lisboa e emendaram viagem, - não sei nem me importa saber.

Em 31 de maio de 1808, D. João VI fundou a Imprensa Régia. Nesta, a 10 de setembro do mesmo ano, foi impresso o primeiro jornal brasileiro, a *GAZETA DO RIO DE JANEIRO*, que servia aos interesses do Rei. Sodré (1977) descreve a *GAZETA* como “um pobre jornal impresso, preocupado quase tão somente com o que se passava na Europa, de quatro páginas in 4º, poucas vezes mais, semanal de início, trisemanal depois, [...] encontrado na loja de Paulo Martins Filho, mercador de livros. Dirigia este arremedo de jornal Frei Tibúrcio José da Rocha”.

Jornal oficial, feito na imprensa oficial, não tinha atrativo para o público da colônia, nem era esta a intenção dos que o haviam criado. Em 1º de janeiro de 1892, a *GAZETA*, depois de mudar várias vezes de nome e direção, transformou-se no *DIÁRIO OFICIAL*, existente até hoje como órgão de informação das resoluções do governo, impresso em Brasília a partir de 22 de abril de 1960.

Quando circulou o primeiro número da GAZETA, já existia no Brasil o CORREIO BRAZILIENSE, fundado, dirigido e redigido por Costa (2008), impresso em Londres durante todo o seu tempo de vida. O número inaugural data de 1º de junho de 1808, três meses antes do primeiro número do jornal Real. Ao aceitar o jornal de Hipólito como integrado à imprensa nacional, passa-se a considerá-lo o primeiro jornal brasileiro. Apesar de nenhum dos dois jornais ser redigido para os habitantes da colônia, mas para os europeus, há que se considerar o antagonismo dos dois periódicos, tanto em opiniões políticas quanto em apresentação. O CORREIO era uma brochura de mais de 100 páginas, geralmente 140, de capa azul escura, mensal, muito mais doutrinário do que informativo e de preço elevado.

Na luta pela Independência, às vésperas de 1822, a imprensa teve papel fundamental. Esta é a primeira fase autêntica do jornalismo brasileiro. Quando a Corte retornou a Portugal, o Brasil, que havia sido elevado a “Reino Unido a Portugal e Algarves”, vê a ameaça de regresso ao regime de monopólio. A conquista anterior, que parecera dádiva à classe dominante brasileira, poderia retroceder. Isto gerou um sentimento de união entre várias correntes políticas divergentes, que viram necessidade de mobilizar a opinião pública para a sua causa - não se curvar novamente a Portugal -, usando a imprensa como principal meio de ação.

O jornal, numa fase de liberdade (concedida, não conquistada), refletia a realidade, espelhando as posições políticas e sociais determinadas pelo prisma da Independência. Alcançada esta, a luta pela conquista da liberdade prosseguiu. D. Pedro emancipou o país e se tornou imperador, mas havia divisões no palco político, em relação à Constituinte. Começava a surgir, a partir de então, o temor pela adoção da República.

A voz do brasileiro começa a se manifestar nos órgãos impressos somente a partir do surgimento de jornais de oposição a Portugal e à Corte, na década de 1820, quando a censura prévia ainda estava em vigor.

Sodré (1977) destaca que, em 1821, no dia 1º de junho, surgiu na corte o DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, que não fazia oposição ao governo, mas mereceu destaque por ser a primeira tentativa, dentro da imprensa periódica, de retratar o Rio de Janeiro. Seu redator, o português Zeferino Vito de Meireles, era intencionalmente omissos nas questões políticas. A sua importância está no universo de suas notícias.

Foi realmente, o primeiro jornal informativo a circular no Brasil, Diário, ocupava-se quase tão somente das questões locais, procurando fornecer aos leitores o máximo de informação. Inseria informações particulares e anúncios: aquelas tratavam de furtos,

assassínios, demandas, reclamações, divertimentos, espetáculos, observações meteorológicas, marés, correios: estes tratavam de escravos fugidos, leilões, compras, vendas, achados, alugueis e, desde novembro de 1821, preços de gêneros. [...] A popularidade do periódico cresceu: passou a ser conhecido como Diário do Vintém, pelo preço, e como Diário da Manteiga porque trazia os preços, entre outros gêneros, da manteiga que chegava para consumo da população (SODRÉ, 1977).

Zeferino não noticiou a Proclamação da Independência, apenas comentando-a em editoriais, a partir de 24 de setembro. Era o primeiro periódico a importar-se com o cotidiano brasileiro, inscrevendo-o em suas páginas. Talvez ele considerasse que, apenas por isentar-se de questões políticas, estaria alheio à formação de identidade do país. Sofreu um atentado em agosto de 1822, e faleceu em consequência dele. O DIÁRIO continuou em circulação até 1878, dirigido por Antonio Maria Jourdan, que não modificou a linha editorial do jornal.

Durante o Império, foram criados jornais de esquerda, independentes, e jornais oficiais para combatê-los. Ambos eram denominados “pasquins”. Até o término formal da censura, em 1827, alguns pasquins de oposição foram duramente perseguidos. Quando o combate com a mesma arma — o texto impresso — não bastava, a censura e a violência silenciavam os jornais de oposição (Não era qualquer material impresso que se considerava jornal, imprensa). Este passado de luta se refletiu, posteriormente, no discurso do jornalismo, por remeter a um momento fundador.

Em novembro de 1824, toda a imprensa foi extinta, assim como a Constituinte. Era o absolutismo vencendo. Cipriano Barata já estava preso. Frei Caneca, condenado à força, morreria fuzilado, pois nenhum carrasco ousou executar a sentença. Encerrou-se assim a primeira fase brasileira da Imprensa, restando dela somente os jornais de apoio ao regime.

Formalmente a censura terminou com o decreto de 28 de agosto de 1827. Nesse período, enquanto a imprensa periódica limitava-se a retratar os fatos, “isentando-se” das discussões políticas, a pequena imprensa já era panfletária e atrevida. Os pasquins mostravam a cara.

Servil ou anárquico, o jornal sempre era escrito de forma pessoal. Era a voz do redator, suas opiniões e crenças que davam interesse ao artigo que costumava ocupar todo o espaço do pequeno jornal. Pseudônimos e apelidos destacaram a sua linguagem como peculiar, cheia de referências indiretas. O jornal não tinha sentido comercial, mas apenas doutrinário. Era um meio de ação.

Definiam-se aí os primeiros contornos do que seria historicamente o papel do jornalista no Brasil: havia os que trabalhavam por paixão por seus ideais, e até morreriam por eles. Amadores, normalmente tinham o jornalismo como “bico” e exerciam outra profissão para se sustentar; e havia os que começavam a perceber que reproduzir o discurso do poder era economicamente interessante e mais seguro. Assim, se “vendiam” à voz oficial. Este marco inicial ditou a prática jornalística até a regulamentação da profissão e, posteriormente, até a obrigatoriedade de uma formação específica.

3 O DIPLOMA É OUTRA HISTÓRIA

A defesa da regulamentação profissional e do surgimento de escolas qualificadas remonta ao primeiro congresso dos jornalistas, em 1918, e teve três marcos iniciais no século 20: a primeira regulamentação, em 1938; a fundação da Faculdade Cásper Líbero, em 1947 (primeiro curso de jornalismo do Brasil); e o reconhecimento jurídico da necessidade de formação superior, em 1969, aperfeiçoado pela legislação de 79.

De acordo com Lage (2008), a pressão dos profissionais decentes para obter a qualificação da categoria em nível superior, que data de 1919, vinha crescendo lentamente, à medida que se tomava consciência de quanto o sistema propiciava todo tipo de distorção na informação jornalística. A criação dos cursos de jornalismo estava prevista na regulamentação profissional de 1938; as primeiras faculdades surgiram na década de 40. Os contatos internacionais desenvolvidos durante e no pós-guerra evidenciavam o atraso técnico da imprensa brasileira, não apenas em termos de equipamentos, o que foi fácil de resolver, graças às linhas de crédito do governo; mas também e principalmente quanto a procedimentos que, direta ou indiretamente, envolviam a formação de pessoal.

Lage (2008) irá recordar que a instituição da obrigatoriedade do curso superior era iminente desde o final da década de 50 e foi estipulada numa lei do início dos anos 60. A aplicação da exigência foi sendo protelada por dois motivos: primeiro, a pressão dos donos de jornal, que resistiam ao inevitável aumento das folhas de salários e à mudança dos métodos empresariais (a redação padronizada dos textos noticiosos tornava ridículos os elogios das matérias pagas disfarçadas, por exemplo); segundo, a intervenção do governo norte-americano.

Na sua análise da Revolução Cubana, os Estados Unidos concluíram que o papel dos jornalistas foi importante para Fidel Castro e seus partidários: teriam municiado os guerrilheiros com informação e, de um modo ou de outro, ajudado a torná-los simpáticos e populares. Atribuíaam esse fato à difusão das teses marxistas, na época intensa na América Latina; promoveram, então, através do Ciespal, organismo sediado no Equador, a adoção de uma formação básica que se fundava no estruturalismo, então entendido como alternativa a Marx. Parte importante do projeto era a diluição do conteúdo crítico inerente ao jornalismo em um curso de “comunicação social” que formaria também publicitários, pessoal de relações públicas e cineastas.

Na maioria dos países latino-americanos foi feito assim. No Brasil, a essa altura um país já industrializado, o parecer Celso Kelly, que instituiu os cursos de comunicação, em 1968, previa o curso polivalente, mas admitia a especialização por área profissional; as escolas que optaram pela polivalência (como a da Universidade Federal do Rio de Janeiro) tiveram seus formandos recusados pelo mercado e foram obrigados a rematriculá-los na habilitação pretendida.

O decreto-lei de 1969, que instituiu, afinal, a formação de nível superior, estava pronto há muito tempo e vinha sendo retido em função dessas pressões a que era sensível o General Artur da Costa e Silva. Mas sairia da gaveta mais cedo ou mais tarde.

Lage (2008), presente às redações da época, recorda que, na década de 60, os grandes jornais do Rio de Janeiro e São Paulo -- à exceção do Jornal do Brasil, que adotou, a partir da contratação de redatores, as normas de tratamento do texto do Diário - tinham horror aos redatores de *copy desk*.

A razão é que, em 1962, foram esses redatores que garantiram o êxito da uma greve inédita nas redações cariocas. Os objetivos eram claros: tínhamos registrado em carteira um salário pequeno: o mínimo ou pouco mais. A maior parte do que recebíamos era por fora, o que significa não ter direito a férias, 13º (que foi criado por essa época) e à aposentadoria ou verbas rescisórias correspondentes ao ganho real. Precisávamos acabar com isso. Mas o que de fato incomodou é que, depois de paralisar o Jornal do Brasil, um piquete foi para a porta do Globo e, sentado na frente dos caminhões -- eu, José Ramos Tinhorão e mais alguns --, impediu a distribuição dos pacotes já impressos. Outras equipes paralisaram o Correio da Manhã, o Diário de Notícias e os demais jornais. Na linguagem apaixonada da época, isso significava que “um grupo de jovens comunistas” havia maculado a sagrada liberdade das empresas jornalísticas. Houve uma tentativa de nos colocar numa lista negra (quando os redatores saíssem do JB, ninguém mais os contrataria), mas não teve êxito: o primeiro a violar esse pacto, se é que dele participou, foi Samuel Weiner, dono da Última Hora.

Enfim, o fato de haver um diploma obrigatório permitiu aos jornalistas ter mais força diante das oligarquias, dos barões da mídia, que se viram obrigados, a partir da década de 1970, a reestruturar as redações de acordo com a nova realidade -- moldada a partir da obrigatoriedade do diploma e também pelos anos vindouros da ditadura -- grillhões duplos a reduzirem seus desmandos.

Os que são contra o diploma não podem esquecer -- ou talvez nem se lembrem ou não associem -- que essa campanha contra a obrigatoriedade do diploma foi deflagrada, por paradoxal que pareça, a partir de uma fracassada greve de jornalistas (a última feita pela categoria) em 1979 quando, apesar do insucesso da nossa paralisação, o sindicalismo brasileiro vivia um dos momentos de maior força, combatividade e vitalidade, incômodas aos patrões (MOREIRA, 2008).

Para Moreira (2008), foi neste momento em que o patronato, o empresariado que monopolizava as comunicações no Brasil, percebeu o risco de ser obrigado a só contratar os jornalistas diplomados. Infere-se que desde 1979, portanto, começam os questionamentos sobre a necessidade do diploma de jornalismo, que trazia às redações pessoas nitidamente formadas no pensamento da esquerda à época.

Ali os patrões da comunicação acordaram para o fato de que sem a obrigatoriedade do diploma a situação lhes era muito cômoda, a ideal, porque podiam contratar quem quisessem para defender seus interesses, admitir profissionais sem nenhuma ética ou compromisso social -- o nosso compromisso com a verdade, o compromisso de não defender interesses escusos -- que as faculdades de jornalismo, por piores que sejam, terminam transmitindo aos que passam por elas (MOREIRA, 2008).

Como veremos adiante, os questionamentos sobre a obrigatoriedade do diploma de jornalismo não deixam de ser válidos, apesar de primeiramente suscitados pelos patrões. No entanto, passadas algumas décadas, é notável a falta de resultados frutíferos destes debates. Ao invés de contribuir para a valorização da profissão, as polêmicas criaram lados opostos cimentados, que se mantêm em uma discussão reducionista de pró ou contra, ambas insistindo em argumentos facilmente rebatíveis. Vamos conhecer os principais argumentos de cada um destes lados...

4 OS ARGUMENTOS A FAVOR DO DIPLOMA OBRIGATÓRIO

Há certa naturalidade em afirmar que jornalistas precisam de diploma. O fato é que profissões se estabeleceram pela prática. Depois, surgiram as formas de ensiná-las. A educação formal alcançou diversos patamares de especialização e, em algumas carreiras, a *práxis* levou à necessidade de uma formação obrigatória de nível superior. São diversas as profissões regulamentadas e, mais, regidas por Conselhos Profissionais. Medicina, Engenharia, Direito, Odontologia, Contabilidade, entre tantas outras, são áreas sobre as quais ninguém questiona a necessidade de um diploma. Então, por que questionar o de jornalismo?

Em um curso de jornalismo, é possível tratar de aspectos essenciais às sociedades contemporâneas e com a complexidade tecnológica que os envolve, incluindo procedimentos éticos específicos adequados -- do método lícito para obter informação à manipulação da imagem fotográfica, do sigilo da fonte ao conflito entre privacidade e interesse público, por exemplo. É na escola que há laboratórios de telejornalismo, radiojornalismo, fotojornalismo, planejamento gráfico, jornal, revista, webjornalismo e outros. A escola pode formar profissionais para atuar em jornalismo - e não para uma ou outra empresa. Pode formar profissionais capazes de atuar em quaisquer instituições, setores ou funções. É a formação que também permite o debate e novas experiências (COSTA, 2008).

De acordo com Costa (2008), a Fenaj defende a formação profissional em cursos de jornalismo de graduação com quatro anos e, no mínimo, 2.700 horas-aula, como já apontavam as diretrizes curriculares aprovadas após inúmeros debates e congressos na área. A formação em Jornalismo, que deve ser constante e aprimorada durante toda a vida, é a base inicial para o exercício regulamentar da atividade.

Outro argumento consistente é apresentado por Moreira (2008):

a exigência do diploma funciona como um filtro, possibilita uma espécie de triagem para que seja muito menor o número de aventureiros que se incursionam pela profissão para usufruir vantagens pessoais ou, como era comum em outras épocas, tornar-se conhecidos, "fazer" o nome assinando matérias e depois ganhar dinheiro em outras profissões que tinham .

A obrigatoriedade do diploma foi inquestionavelmente uma vitória dos jornalistas brasileiros na moralização da atividade profissional e mostrou-se fundamental na revitalização da imprensa.

Já Ribeiro (2008) afirma que, com obrigatoriedade ou não, tornou-se tão natural contratar profissionais tecnicamente preparados para a atividade que empresa que se leve a sério dificilmente hoje abriria suas portas para a contratação de leigos, ainda que essa obrigatoriedade viesse a cair. Vide o exemplo da Internet. Apesar de a rede ser um território livre, a necessidade de contratação de jornalistas já configurou uma nova área de atuação profissional, o *webjornalismo*.

Poderia até contratar um ou outro, mas isso seria sempre uma exceção, visto que o custo de treinar alguém é elevado e as empresas, pelo que delas conhecemos, não gostam de desperdiçar dinheiro. Se o mercado oferece mão de obra de boa qualidade e a um custo mais do que razoável, porque elas vão contratar pessoas despreparadas, que custariam a elas muito mais dinheiro em treinamento? Não tem lógica, embora esse risco até exista.

Vizeu (2008) levanta mais um ponto polêmico. O fato de o diploma de jornalismo ser obrigatório cria uma contradição ao direito constitucional que prevê a liberdade de expressão. Para Vizeu (2008), de forma alguma o jornalismo, que tem no jornalista um especialista

qualificado, representa um impedimento ou cerceamento de trabalhadores, sindicatos, movimentos sociais, ONGs, advogados, médicos, dentistas, políticos de se manifestarem das mais diversas formas em jornais, rádios, TVs e na internet. Não é só um direito constitucional, mas um princípio ético fundamental na democracia (VIZEU, 2008). O argumento da inconstitucionalidade da exigência do diploma foi derrotado juridicamente em uma das etapas do processo.

O campo do jornalismo não se limita à prática profissional. O jornalismo é um campo científico, um campo de ensino e um campo de práticas profissionais. Em relação ao primeiro, entendo o jornalismo como um campo com objeto, metodologias e teorias próprios, o que não exclui em nenhum momento, a atividade multidisciplinar com outras áreas do conhecimento. Num segundo momento, o jornalismo envolve toda uma atividade de ensino que vai contribuir decisivamente para a formação de novos profissionais. Por fim, é um lugar de práticas profissionais nas quais é exercida uma série de funções, todas ligadas à produção da notícia.

Retomando argumentos que utilizei num artigo que escrevi no *Jornal do Commercio*, de Pernambuco, lembro que o processo de elaboração da notícia exige um especialista, com formação teórica e prática, que tenha condições de estabelecer mediações entre a realidade global e o público ou audiência interativa que se serve de jornais, rádios, TV e internet. O presente social que o jornalismo contribui cotidianamente para construir é muito maior que a família, os vizinhos e o trabalho. Graças ao jornalismo, vivemos no mundo e sabemos um pouco o que está se passando em todas as partes.

O rigor do método é central para o jornalismo. Ele garante a objetividade e a verdade possíveis que resultam numa postura ética. Na investigação jornalística é preciso uma descrição correta dos fatos. Publicar unicamente informações cuja origem se conhece, ou não acompanhá-las das reservas necessárias; não suprimir informações essenciais; não alterar textos, nem documentos; e retificar uma informação publicada que se revele inexata (VIZEU, 2008).

5 OS ARGUMENTOS CONTRÁRIOS À NECESSIDADE DE DIPLOMA

A formação superior em jornalismo não é condição necessária nem condição suficiente para o exercício dessa profissão com base em seus preceitos técnicos e éticos. Ela não é obrigatória em países como Alemanha, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Chile, China, Costa Rica, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Japão, Luxemburgo, Peru, Polônia, Reino Unido, Suécia, Suíça e em vários outros (TUFFANI, 2008).

O mesmo autor acredita que a concepção que vigora na maior parte desses países é a de que não pode haver impedimentos para qualquer cidadão não só ingressar no jornalismo, mas até mesmo criar e manter seu próprio jornal. Na contramão desse princípio estão, além do

Brasil, África do Sul, Arábia Saudita, Colômbia, Congo, Costa do Marfim, Croácia, Equador, Honduras, Indonésia, Síria, Tunísia, Turquia e Ucrânia, países que exigem diploma.

Muitos dos que são contra o diploma usam como argumento a noção de que a obrigatoriedade do diploma, em si, poderia ter sido benéfica à profissão. No entanto, sua prática gerou resultados funestos, entre os quais o principal seria a gigantesca quantidade de cursos universitários de jornalismo que despejam por ano milhares de profissionais mal-preparados no mercado.

Haveria um mínimo de razoabilidade para a exigência do diploma se ela, por exemplo, valorizasse a profissão. Ao invés disso, ela levou justamente ao seu aviltamento, pois estimulou a criação desenfreada de cursos superiores de jornalismo, que por sua vez gerou um efeito perverso e crônico na relação entre oferta e procura de trabalho, sem falar na baixa qualidade do ensino oferecido.

O argumento leva em consideração que seria necessário o diploma superior, levando o curso de jornalismo a um nível de especialização profissional.

Os cursos superiores de jornalismo do Brasil deveriam ser o que eles são em outros países: um diferencial na formação de profissionais. Para isso, é necessário o fim dessa obrigatoriedade estabelecida pelo decreto-lei 972, de 1969, que não foi assinado por nenhum presidente, mas pela junta militar que governou o Brasil com o Congresso Nacional em recesso, e cujo texto não se ampara em nenhuma constituição ou lei, mas somente no AI-5 e no AI-16 (TUFFANI, 2008).

A pluralidade inerente ao conteúdo jornalístico também delega forte ao apelo ao argumento contrário ao diploma. Para alguns opositores, é saudável povoar as redações com diversas formações profissionais, que somariam ao todo da produção jornalística, não apenas no papel de fontes, mas no papel de produtores de conteúdo.

Estou falando da mestiçagem no âmago da produção jornalística, nas entranhas das equipes, me refiro a pessoas que possam estar no dia-a-dia provocando desconforto, mexendo com as idéias e conceitos, buscando um olhar diferente dos acontecimentos, contribuindo enfim para que os jornalistas diplomados possam exercer sua atividade com mais talento e criatividade, sem perder o essencial que é a boa e qualificada informação. Mais do que isso, possam, além de escrever e editar, também pensar e refletir sobre o que estão fazendo. Criem condições de revolucionar permanentemente o Jornalismo, como ocorre com várias das outras atividades (RIBEIRO, 2008).

Para alguns acadêmicos, o diploma de jornalismo não deve ser obrigatório simplesmente porque representaria uma reserva de legitimação de sindicatos, o que representaria outra distorção com relação à idéia original da regulamentação e posterior necessidade de formação superior.

Bentes (2008) partilha dessa opinião:

É claro que os sindicatos tiveram uma importância histórica nas lutas políticas e vão continuar a ter, mas também considero que devemos passar por um momento de mudança dessa mentalidade, porque quem faz jornalismo hoje não é só jornalista. Nós temos vários outros grupos sociais produzindo jornalismo. A partir do momento em que os sindicatos exigem o diploma de jornalista, cuidam apenas daquele com carteira assinada e sindicalizado. Eles estão excluindo, deixando de prestar atenção num fenômeno global que é o cognitariado, que abrange as pessoas que trabalham com produção de conhecimento a partir da mídia, desse campo de comunicação, encontradas em diversas áreas (BENTES, 2008).

Ivana se furta a comentar, no entanto, o fato de que são empresas de comunicação as autoras da ação contra a obrigatoriedade do diploma. Por mais ranço que pareça ter, o argumento sindical se legitima por fatos concretos.

Profissionais que trabalham em redação também possuem argumentos contra o diploma. Garcia (2008), jornalista que trabalha em *O Globo*, acredita que a exigência exclui das redações talentos natos. Citando o exemplo de Oldemário Touguinhó, ele afirma que é contra o diploma, porque impede que brotem novos Touguinhós (GARCIA, 2008). Ou seja, talentos natos, autodidatas, estariam impedidos de chegar às redações, como Touguinhó chegou, e nunca chegariam a ser brilhantes profissionais. Oldemário foi um dos jornalistas esportivos mais importantes de sua época e um exemplo para gerações posteriores.

6 A POSTURA DAS ENTIDADES DE CLASSE

A FENAJ e os Sindicatos de Jornalistas de todo o país desenvolvem a Campanha em Defesa da obrigatoriedade da Formação Superior Específica em Jornalismo e da Regulamentação Profissional desde o início de 2002. Ou seja, logo após a juíza Carla Rister, em final de 2001, ter decidido favoravelmente à ação que busca tirar dos jornalistas um dos pilares da sua regulamentação profissional e por consequência, da população brasileira uma das garantias de receber um jornalismo de qualidade, ético e plural. Manifesto lançado na época pela Federação resume bem o significado desta ação e a importância da Campanha que FENAJ e Sindicatos imediatamente organizaram (FENAJ, 2008):

Hoje, já existe liberdade garantida para quem quiser expor sua opinião, como entrevistado ou articulista de uma determinada área. Com a desregulamentação, contudo, perde-se as raízes da vinculação do jornalismo ao interesse público, razão de sua consolidação como profissão nos últimos 60 anos. Com isso, além da própria categoria profissional ter redução de empregos, desprestígio em seu reconhecimento

público, a própria sociedade, no conjunto, perde a referência qualitativa dos acontecimentos do dia-a-dia, essenciais para a liberdade de escolha do dia seguinte. O ataque à regulamentação em Jornalismo atinge profissionais e estudantes, desrespeita as identidades de cada área -- e nisso desrespeita também as demais --, e fere frontalmente a sociedade em seu direito de ter informação apurada por profissionais, com qualidade técnica e ética, bases para a visibilidade pública dos fatos, debates, versões e opiniões contemporâneas. É um ataque, portanto, ao próprio futuro do país e da sociedade brasileira. Somos jornalistas e temos uma profissão: em defesa da sociedade brasileira, manifesto da FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas (trecho)

Para os sindicatos e entidades de classe, o momento é de lutar para garantir que o diploma continue obrigatório. No entanto, nos últimos anos estiveram mais envolvidos com a questão judicial em si do que com o futuro profissional. Só agora estes atores sociais parecem ter despertado para a importância de reformular a profissão como um todo. Sendo assim, os três principais temas propostos pela Fenaj para o 33º Congresso Nacional dos Jornalistas, que ocorrerá na última semana de agosto, são: a obrigatoriedade do diploma; a normatização dos estágios profissionalizantes; e a reformulação do ensino superior de jornalismo. Talvez seja um despertar um tanto quanto tardio, mas a preocupação parece legítima.

7 O MOMENTO ATUAL

Hoje, o questionamento sobre o futuro do jornalismo não se resume a ter ou não diploma. A Internet muda, a passos largos, os paradigmas da comunicação. Alguns autores já prevêem o fim da comunicação de massas. Talvez até mesmo o fim do jornalismo, no formato como é concebido hoje. As novas tecnologias da comunicação lançaram o desafio da reinvenção. Com relação ao mercado, muito também mudou. Algumas carreiras cujo diploma não é obrigatório vêm sendo povoadas por jornalistas. O mundo da comunicação corporativa se descortina – ao contratar jornalistas por competência profissional –, oferecendo remuneração adequada e qualidade de vida. As novas formas de comunicação direta, personalizada, interativa fazem do leitor um novo pauteiro. Onde vamos parar? É uma pergunta que o futuro vai responder.

Sodré (1977), em seu artigo “Viva o Diploma”, percebe esta nova realidade, e infere que o jornalismo terá papel fundamental na mesma. De acordo com Sodré (1977), “o jornal do futuro será uma “multiplataforma de informação”, o que implica na prática a junção empresarial e cultural do papel com a Web.

Em princípio, é preciso debater a hipótese de que essa nova face da informação pública possa pôr em crise a própria identidade do jornalismo clássico como mediação discursiva e como funcionalidade específica de um grupo profissional. Disto um claro sintoma é a questão levantada por um arauto da chamada cibercultura: “Seria ainda necessário, para se manter atualizado, recorrer a esses especialistas da redução ao menor denominador comum que são os jornalistas clássicos? A resposta, de certo modo, começa a ser dada pelos grandes conglomerados do jornalismo impresso, por meio da progressiva conversão empresarial do papel à eletrônica. Nada impede que o jornalismo troque de suporte preferencial, uma vez que os conteúdos informativos, na medida da independência de sua forma técnica, podem passar de um suporte para outro, sem alterar substancialmente a sua natureza. A despeito do potencial midiático da Internet, a digitalização em si mesma não é um medium, e sim um processo técnico (informático). [...] [O jornal] Pode trocar de suporte técnico, pode mesmo existir na complementação dos suportes (papel e eletrônica), mas continua impelido, como forma moderna e democrática da comunicação, pela ideologia humanista que garante a cidadania. Eventuais descaminhos não podem elidir a evidência de que a imprensa brasileira, por exemplo, jamais deixou, em seus 200 anos de existência de estar presente, como parte essencial, nas causas que ajudaram a dar à Nação a sua face atual – a abolição da escravatura (de cuja campanha participou a maioria dos jornais provinciais) e a criação da república. O jornalismo, no Brasil e no resto do mundo, reflete as questões públicas decisivas para os rumos da Nação. Como conceber hoje o funcionamento dessa instituição “quase-pública”, geradora da informação necessária ao cidadão para o pleno funcionamento da democracia, sem uma formação universitária, especializada, de jornalistas? Informação não é mero produto, nem serviço: é o próprio solo da sociedade em que vivemos, é o campo onde joga o cidadão. Se a garantia dessa formação adequada se espelha hoje no diploma, viva o diploma (SODRÉ, 1977).

8 MUITO MAIS DO QUE SOMENTE UMA DISCUSSÃO ENTRE A PRÁTICA E A ACADEMIA

A discussão sobre a necessidade ou não de diplomar jornalistas peca pelo reducionismo principalmente. Entretanto, é muito claro que há interesses que não se explicitam de ambos os lados. Em primeiro lugar, existe o “mito” de ser jornalista. A profissão é glorificada pelas elites intelectual, política e econômica. Por falta de conhecimento das engrenagens de funcionamento do jornalismo, estas elites percebem a profissão como detentora de poder na estrutura social. Seria uma relação de causa-efeito imediata: consegue-se um diploma; domina-se o mundo. Tanto que jornalistas costumam ser taxados com a famigerada expressão “formadores de opinião”. Melhor ser dizer “informadores”. Afinal, opinião cada um tem a sua!

Não exigir o diploma seria a possibilidade de delegar este “pseudo-poder” a qualquer pessoa que tenha habilidade suficiente para elaborar suas idéias com clareza e coerência. Seria romper uma barreira fictícia, imaginária, e passar a ditar a opinião. Obviamente, o ponto de vista está equivocado. Primeiramente, porque os focas trilham um longo e difícil caminho até

conseguir algum tipo de reconhecimento profissional. Além do diploma, o acúmulo de experiências vai se mostrar fundamental para que o jornalista alcance posições de destaque na sociedade. Em segundo lugar, “formar opinião pública” também é um mito, que exala preconceito ao desprezar a capacidade de qualquer ser humano de interpretar sua própria realidade. A imprensa é um prisma, mas a opinião do público se conforma individualmente, na interação entre todos os discursos.

Por outro lado, é inegável que a imprensa faz parte das estruturas de poder presentes nas sociedades organizadas, tendo sido, muitas vezes, identificada como “o 4º poder”. A expressão denota o que está em jogo: não é simplesmente o fato de derrubar uma lei da época da ditadura. Está em jogo a assunção de um local de poder: o discurso da imprensa. De uma forma geral, a imprensa delimita bem os “locais não-jornalísticos” de sua produção. Artigos, cartas dos leitores, colunas de reclamação de consumidores, fóruns, blogs, crônicas, editoriais, charges. Estes espaços se definem como locais de opinião. Também há os espaços publicitários, no qual os anunciantes têm total controle do conteúdo. Fica muito claro para quem recebe as informações de que natureza são as mesmas. Por outro lado, ao procurar espaços noticiosos, os leitores, telespectadores, ouvintes, internautas esperam encontrar notícias, informações apuradas através de métodos seculares, firmemente cobrados dos profissionais, produzidas através de técnicas desenvolvidas a partir de mais acertos do que erros. Esse universo jornalístico, conhecido por poucos, reflete a credibilidade que o discurso do jornalismo possui na sociedade.

Acabar com a obrigatoriedade do diploma irá significar, em última análise, delegar a credibilidade do discurso jornalístico a terceiros, sem, no entanto, que se torne claro para os interlocutores da mídia que não-jornalistas se apropriaram deste discurso. Podemos tomar como exemplo o que ocorre na Internet. Na rede, o conteúdo colaborativo prolifera e todas as pessoas têm a possibilidade de publicar o que bem entenderem, em seus espaços (blogs, sites, redes sociais). Por que estes espaços não possuem credibilidade? Por que não são procurados quando pessoas comuns, pesquisadores, políticos, partem em busca de informação? A resposta é imediata: porque estes espaços não foram produzidos por jornalistas, com todo o significado que esta palavra traduz.

Pois seria muito fácil através de um dispositivo legal passar a usar este espaço secular – a imprensa – por apropriação. Seria, por outro lado, ludibriar o público, em prol de interesses que não se mostram tão claros.

Lage (2008) chama a atenção para este fato:

A questão é outra. O interesse é do povo e, embora essa palavra esteja em desuso na sua anterior nobreza, da pátria. Na sociedade da informação, não importa apenas dispor de canais: é necessário produzir conteúdos claros, éticos e honestos. O desenvolvimento de padrões técnicos elevados, a expansão do jornalismo de qualidade a todo território do país, a instalação de sucursais e correspondentes no exterior são questões que envolvem a auto-estima da população das diferentes regiões, a perpetuação da cultura e da soberania nacionais, com as variedades que ela comporta: um conjunto de fatores que nos permitirá algum dia ver a nós mesmos e ao mundo com a perspectiva brasileira. Na sociedade globalizada, um jornalismo de má qualidade submergirá no mar de discursos imperiais e de valores homogêneos que se difundem com competência.

Fica a lição. O mais importante é refletir sobre o tema, ponderando principalmente sobre o não-dito. O que se omite é no que devemos, de fato, prestar a atenção.

REFERÊNCIAS

- ACHILLES, A. *Os jornais na Independência*. Brasília: Thesaurus, 1976.
- BENTES, Ivana. A cidadania e a produção de informação. *Revista Instituto Humanitas Unissinos*. Disponível em <http://www.unissinos.br/ihuonline>. Acesso em março de 2008.
- COSTA, Beth. *Diploma em jornalismo: uma exigência que interessa à sociedade*. Disponível em www.fenaj.org.br. Acesso em 08 de agosto de 2008.
- GARCIA, Luiz. Muitas escolas, poucos empregos. *Jornal O Globo*, 29 de julho de 2008. Disponível em www.fenaj.org.br. Acesso agosto de 2008.
- LAGE, Nilson. *À frente, o passado*. Disponível em www.fenaj.org.br. Acesso em agosto de 2008.
- LIMA, H. *História da Caricatura no Brasil*. v. 1, Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.
- MOREIRA, Aristeu. *Sou a favor do diploma de jornalista*. Disponível em http://www.zedirceu.com.br/index.php?option=com_content&task=blogsection&id=11&Itemid=. Acesso em julho de 2008.
- RIBEIRO, Eduardo. *O diploma é fundamental, mas a mestiçagem pode enriquecer o Jornalismo*. Disponível em www.comunique-se.com.br. Acesso em agosto de 2008.
- SODRÉ, N. W. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- TUFFANI, Maurício. *Avilta o Jornalismo*. Disponível em www.observatoriodaimprensa.com.br. Acesso em agosto de 2008.
- VIZEU, Alfredo. *O STF e o jornalismo de qualidade*. Disponível em www.comunique-se.com.br. Acesso em agosto de 2008.